



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 09-01-2019

Ata nº 1

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	F
Maria José Rodrigues Dias	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Maria Sameiro Sousa Domingues Lima	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 04-01-2019

Operações Orçamentais	3.388,92€
Operações de Tesouraria	632.383,03€
Documentos	275.167,92€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente deu início à reunião prestando algumas informações aos Vereadores. Começou por ser referir ao Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, explicou que se trata de um processo longo e difícil, contudo, no final do ano chegou o parecer positivo do ICNF o que permite avançar no processo e fazer a conveniente publicação em Diário da República para o período de consulta pública, sendo que, posteriormente terá de ser remetido à Assembleia Municipal, num prazo de 60 dias a contar da data do parecer, por esse motivo torna-se necessário ser aprovado e ratificada a aprovação na próxima reunião de Câmara.

Prosseguiu propondo a antecipação da próxima reunião de Câmara, de dia 23 de janeiro para dia 22 de janeiro, uma vez, que o Município foi desafiado, junto com outros Municípios do Alto Minho, para a execução de um Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), a correspondente aceitação terá que ser deliberada em sede do Órgão Executivo e remetida à entidade competente até dia 22 de janeiro. Colocado à consideração foi por unanimidade aprovada a alteração da data da próxima reunião de Câmara.

Informou ainda, que apesar de não possuir confirmação está prevista visita do Senhor Ministro da Economia e restante equipa ao concelho no próximo dia 17 janeiro, contudo, a data definitiva será convenientemente notificada aos Vereadores, garantiu. Também está agendada a presença do Senhor Secretário de Estado do Ambiente para a inauguração da ETAR da Zona Industrial de Penso no próximo dia 25 de janeiro.

Por último, explicou o Presidente da Câmara que no âmbito da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais foram publicados alguns diplomas sobre as matérias, sendo que as autarquias deverão comunicar até 31 de janeiro a recusa das referidas competências por deliberação da Assembleia Municipal. Assim sendo, torna-se imprescindível a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Continuou esclarecendo que pelo motivo identificado e uma vez que decorre da lei que o Presidente da Câmara pode requerer a realização de sessão extraordinária da Assembleia Municipal no cumprimento de deliberação da Câmara Municipal, cabe propor ao órgão executivo a deliberação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, constando da ordem de trabalhos deliberação das transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aproveitando a realização desta incluir ainda a proposta de Regulamento Municipal da Festa do Alvarinho e do Fumeiro.

O Executivo deliberou aprovar por unanimidade, nos termos e para os efeitos da alínea a) do nº1 do artº28 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, requerer à Presidente da Assembleia Municipal a realização de sessão extraordinária da Assembleia Municipal no dia 28 de janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado, para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.
- Proposta de Regulamento da Festa do Alvarinho e do Fumeiro.

Requeru a palavra o Vereador Manuel Rodrigues para questionar se a referida transferência de competências seria acompanhada de contrapartidas financeiras.

O Presidente respondeu dizendo que supostamente estava pensado um fundo para a descentralização e que na elaboração do Orçamento de Estado para 2019 iria ser refletido, contudo, não foi criado, mas já foi questionado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Vereador Manuel Rodrigues afirmou que independentemente do Governo em funções o Estado Português é centralista, investindo grande parte dos recursos nas grandes metrópoles, Porto e Lisboa e criando desigualdades para o resto do país.

O Presidente concordou, afirmou que quase todos os Estados são centralistas, mas que este “pontapé de saída” no procedimento de descentralização é positivo apesar de ser normal, como em todos os processos, a existência de alguns problemas na fase inicial.

O Vereador Manuel Rodrigues fez uma chamada de atenção para o estado de conservação de uma casa na rua Dr. Augusto César Esteves, frisou que já teria tocado neste assunto em anteriores reuniões do Executivo e que o Município já teria colocado lá umas barreiras, que as pessoas já movimentaram para continuarem a circular no passeio, concluiu mostrando a sua preocupação pela segurança pública.

O Presidente explicou que já foram realizadas todas as diligências, nomeadamente a notificação do proprietário, contudo o mesmo não procedeu à realização das obras de conservação necessárias, pelo que os serviços desencadearam o procedimento de posse administrativa o qual ainda se encontra em curso.

Interveio, novamente, o Vereador Manuel Rodrigues, neste momento para se pronunciar sobre a criação de uma zona de caça turística no concelho, iniciativa que já fora apresentada há três anos e a qual ele aplaudia, mas até ao momento ainda não foram realizadas quaisquer diligências nesse sentido.

O Presidente explicou que a ideia não tinha sido abandonada até pelo seu atrativo e pelo dinamismo turístico que poderia acrescentar ao concelho, contudo, ainda foi possível avançar por terem surgido algumas questões pois não se trata de uma iniciativa aceite por todos.

Solicitou a palavra o Vereador José Custódio Domingues para elogiar a exibição de uma tradição melgacense no primeiro programa da apresentadora Cristina Ferreira, apesar de o mesmo já ter dado alguma polémica é de congratular a publicidade e a importância dada a um costume ancestral do nosso concelho.

O Presidente disse também estar contente com o destaque proporcionado ao concelho ao ser exibido no programa, garantiu que não houve qualquer tipo de contrapartida pois a proposta foi feita ao Município pela SIC no âmbito do processo de execução das filmagens da novela “Vidas Opostas” e foi agarrado pois é sempre positivo, apesar de se tratar de um conteúdo apenas com o fim de entreter e não ter um interesse científico.

Por último, o Presidente da Câmara pronunciou-se acerca da programação de Natal, expressando que existem coisas a melhorar sempre, no entanto considerava que tinha que felicitar a envolvência de todos, em especial dos comerciantes, e aí tinha que felicitar a Associação

Empresarial Minho Fronteiriço. Conclui afirmando que a programação deste ano teria sido forte e que isso também se deve ao trabalho realizado pela autarquia.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

01. Presente para efeitos de análise e votação a Ata nº25 de 12-12-2018.

O Executivo deliberou, por maioria, sem participar na votação a Vereadora Maria José Rodrigues Dias e do Vereador Manuel José Cardoso Rodrigues, por não estarem presentes na reunião.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

02. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

03. Presente requerimento em nome de Manuel Esteves Meleiro, a solicitar a emissão de certidão de prédio em ruínas, de acordo com o nº4 do artigo 46º do CIMI, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº10745 de 23-12-2018 e no uso do nº4 do artigo 46º do CIMI, aprovar a emissão de certidão.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

04. Presente requerimento em nome de Ricardo Henrique Esteves Alves, a solicitar a emissão de certidão de prédio em ruínas, de acordo com o nº4 do artigo 46º do CIMI, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº10767 de 28-12-2018 e no uso do nº4 do artigo 46º do CIMI, aprovar a emissão de certidão.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

05. Presente requerimento em nome de Maria José Meleiro - Cabeça de Casal da herança, a solicitar a emissão de certidão de prédio em ruínas, de acordo com o nº4 do artigo 46º do CIMI, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº10746 de 23-12-2018 e no uso do nº4 do artigo 46º do CIMI, aprovar a emissão de certidão.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.08 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Sónia Paz Domingues, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal

